



Simulado Final

CGE PB

Cargo: Auditor de Contas Públicas

Especialidade: Auditoria Interna Governamental

Pós-Edital

Simulado

Simulado CGE PB – Auditor de Contas Públicas – Especialidade: Auditoria Interna Governamental

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso – CGE PB – Auditor de Contas Pública – Especialidade: Auditoria Interna Governamental;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-CGE-PB-24-02>

01 - CE	21 - CE	41 - CE	61 - CE	81 - CE
02 - CE	22 - CE	42 - CE	62 - CE	82 - CE
03 - CE	23 - CE	43 - CE	63 - CE	83 - CE
04 - CE	24 - CE	44 - CE	64 - CE	84 - CE
05 - CE	25 - CE	45 - CE	65 - CE	85 - CE
06 - CE	26 - CE	46 - CE	66 - CE	86 - CE
07 - CE	27 - CE	47 - CE	67 - CE	87 - CE
08 - CE	28 - CE	48 - CE	68 - CE	88 - CE
09 - CE	29 - CE	49 - CE	69 - CE	89 - CE
10 - CE	30 - CE	50 - CE	70 - CE	90 - CE
11 - CE	31 - CE	51 - CE	71 - CE	91 - CE
12 - CE	32 - CE	52 - CE	72 - CE	92 - CE
13 - CE	33 - CE	53 - CE	73 - CE	93 - CE
14 - CE	34 - CE	54 - CE	74 - CE	94 - CE
15 - CE	35 - CE	55 - CE	75 - CE	95 - CE
16 - CE	36 - CE	56 - CE	76 - CE	96 - CE
17 - CE	37 - CE	57 - CE	77 - CE	97 - CE
18 - CE	38 - CE	58 - CE	78 - CE	98 - CE
19 - CE	39 - CE	59 - CE	79 - CE	99 - CE
20 - CE	40 - CE	60 - CE	80 - CE	100 - CE

PORTUGUÊS

Felipe Luccas

01. “Se você andar na beira do parapeito, vai acabar caindo e se machucando”

O argumento acima exemplifica uma estratégia de:

- a) sedução;
- b) comoção;
- c) intimidação;
- d) provocação;
- e) confusão;

02. “Parte amanhã bem cedo e não encontrará engarrafamento na estrada”.

O conectivo destacado apresenta, no contexto, valor de

- a) adição;
- b) conclusão;
- c) causa;
- d) explicação;
- e) motivação.

03. Assinale a frase em que houve troca indevida entre todo/todo o.

- a) O curso se estendia por todo dia.
- b) Ele brigava com a mãe todo dia.
- c) Todo dia havia um acidente ali.
- d) Todo o dia havia música alta dos vizinhos.
- e) Todo dia é preciso se expor à luz solar.

04. “Faça a sua parte.

Estude, regularmente, cinco horas por dia. Alimente-se nas horas certas. Destine uma hora, três vezes por semana, para se exercitar. Reserve uma hora por dia para descansar a cabeça, ouvindo música, assistindo a um filme, enfim. Este é o caminho para a aprovação.

O texto acima apela predominantemente para um valor social, que é

- a) a saúde física;
- b) o equilíbrio mental;
- c) o lazer adequado;
- d) a disciplina;
- e) a aprovação;

05. Analise o trecho abaixo:

“Não lhe peço nada, já não me importa dormir, posso andar por essa estrada até o sol me bater na cara.”

Predomina no fragmento a linguagem

- a) Argumentativa.
- b) Coloquial.
- c) Expositiva.
- d) Depreciativa
- e) Formalista.

06. “Acolher, Escutar, Aconselhar – BNP (Banco Nacional Privado)”.

Considerando o esquema argumentativo da sentença acima, interpreta-se:

- a) Se você vier ao BNP, então você será acolhido, ouvido, aconselhado.
- b) Somente no BNP você será acolhido, ouvido e aconselhado.
- c) Convém ser apenas acolhido, ouvido e aconselhado no BNP.
- d) Ora, se você quer ser acolhido, logo você não pode deixar de vir ao BNP.
- e) Quem quer ser ouvido e aconselhado, deve vir ao BNP.

07. Observe a situação comunicativa:

Locutor: O clima ficou maluco.

Interlocutor: Dizer que o clima ficou maluco não é verdade, as temperaturas estão estáveis e os dias da semana foram ensolarados e frescos.

Em relação à afirmação inicial, o comentário do interlocutor documenta uma:

- a) negação;
- b) refutação;
- c) proibição;
- d) anulação;
- e) questão.

08. Assinale o trecho em que se verifica uso dêitico de um pronome:

- a) Morava num sobrado. Nesta casa passei toda a minha vida.
- b) Muitos questionam a saúde mental nesta época de infinita informação.
- c) Maria era daquelas que precisavam errar várias vezes para entender.
- d) Homem e mulher: o sonho desta muitas vezes é o pesadelo daquele.
- e) Nunca entramos duas vezes no mesmo rio, mas a água é sempre fria.

09. Assinale a alternativa em que a inversão da ordem dos termos causaria mudança de classe e de sentido:

- a) cego cavalo
- b) ruído alto
- c) pobre mulher
- d) bom caçador
- e) várias regiões

10. Ocorre uma correlação inadequada em:

- a) Se ela pudesse e lhe fosse permitido, casava ainda antes dos dezoito.
- b) Ainda que sejamos responsáveis por tudo, nem sempre somos culpados.
- c) Ele fundou há décadas a empresa que se tornaria a mais valiosa do país.
- d) Levantasse a voz um pouco, a mãe imediatamente a repreenderia.
- e) Faça o que eu disse, não faça o que eu fiz, faria ou tenho feito.

11. Observe a seguinte frase: *Sucesso significa realizar seus próprios sonhos, cantar sua própria canção, dançar sua própria dança, criar do seu coração e apreciar a jornada, confiando que não importa o que aconteça, tudo ficará bem. Criar sua própria aventura!*

(Elana Lindquist)

Sobre os componentes e significação dessa frase, assinale a afirmação incorreta.

- a) A estrutura da frase é a de uma definição.
- b) A sentença envolve o campo semântico da música.
- c) Há uma comparação entre a sucesso e riqueza.
- d) Diversos verbos foram conjugados na voz ativa.
- e) A definição se enquadra na tipologia descritiva.

12. Observe a seguinte frase: *Sucesso significa realizar seus próprios sonhos, cantar sua própria canção, dançar sua própria dança, criar do seu coração e apreciar a jornada, confiando que não importa o que aconteça, tudo ficará bem. Criar sua própria aventura!*

(Elana Lindquist)

Sobre os elementos estruturais do pensamento acima, é correto afirmar que:

- a) “bem” é um termo adverbial de modo.
- b) “sua própria aventura” é objeto indireto.
- c) “realizar seus próprios sonhos” é sujeito.
- d) os infinitivos apresentam sujeito indeterminado.
- e) os pronomes possessivos têm função de complemento.

13. Assinale a opção que mostra a frase em que houve troca indevida entre sob/sobre.

- a) Professores investem a vida em aprender sobre suas disciplinas.
- b) A casa está sempre sobre reforma.
- c) O cão se inclinava sobre o muro para latir.
- d) Sob o ponto de vista da maioria, o imposto era leonino.
- e) Sobre não pagar dívidas, a multa é altíssima.

14. Assinale a alternativa em que não ocorre ambiguidade:

- a) O juiz não recebeu a petição, pois não era competente.
- b) A demissão do vice-presidente surpreendeu a todos.
- c) Encontrei o livro sujo sob a cama do quarto de hóspedes.
- d) O policial nega ter agredido o ladrão em sua casa.
- e) Eles são agentes de lutadores muito promissores.

15. Entre os cinco pares de vocábulos a seguir, assinale aquele em que a forma aumentativa não indica uma realidade diferente.

- a) sapato / sapatão.
- b) caixa/ caixão.
- c) orelha / orelhão.
- d) pescoço / pescoção.
- e) braço / bração.

INGLÊS

Adolfo Sá

US unions target the housing affordability crisis as their ‘biggest issue’

As housing has become a top issue in strikes and protests in recent months, US unions are pushing for change and backing innovative solutions for the housing affordability crisis.

With US house prices and rents rising in recent years, and high interest rates and inflation taking their toll, housing affordability has become a major issue at the bargaining table for US labor unions. Many workers are facing 60-, 90-, even 120-minute commutes to work because they cannot afford to live near their jobs.

Housing has been a big issue in the recent rolling strikes by thousands of Los Angeles hotel workers. In Oregon, 400 Yamhill county government employees went on strike in November because, the union said, “many workers are not able to afford housing”. In the Twin Cities, worker dismay about large rent hikes is fueling plans for a multi-union strike by up to 30,000 workers in March. When San Francisco hotel workers hold contract talks later this year, housing affordability will be a top issue.

“Housing is a very important issue for our members,” said Anand Singh, president of the Unite Here hotel workers’ union in San Francisco. “Our members can’t absorb the sudden rent increases they’ve seen. They’re evicted from their homes. They’re pushed further and further down the housing ladder.”

Milagros Vela, a housekeeper at the Hilton San Francisco Union Square, said her monthly rent jumped from \$1,800 to \$2,800 during the pandemic, and as a result, she moved to a less expensive town, Antioch, 45 miles (72km) east of San Francisco. “Many days it’s a two-hour commute each way,” Vela said. “It’s very frustrating. It prevents me from spending time with my daughters and grandkids.”

The affordability crisis has spurred many responses. Last November, the United Food and Commercial Workers and other unions helped win approval of a ballot initiative in Tacoma, Washington, that bans cold-weather evictions between 1 November and 1 April and bars evicting households with students or educators anytime during the school year. The measure also requires landlords that raise rents by 5% or more to offer two months’ relocation assistance to tenants – and for rent increases of 10% or more, three months’ assistance.

Other unions have taken the issue head on, for instance, by lobbying for the building of more affordable housing. With the teachers’ union complaining that educators can’t afford to live in the Miami area, the Miami-Dade county school district is planning to convert several schools into teacher housing. In Las Vegas, the Culinary Union, which represents 60,000 hotel and restaurant workers, has increased its down payment assistance to \$25,000 for union members buying their first homes.

[...]

The San José Teachers Association is urging the school district to build subsidized housing for teachers on unused or underused school property. “Housing is probably the biggest issue for us,” said Renata Sanchez, the union’s president. “It totally messes with people’s work-life balance. We are at our schools a minimum of seven hours a day, and when you add in up to four hours of commuting time each day, that’s already half of your day. Our members are having to make hard decisions: am I going to do what I want to do for my students or do I go home to be a partner or parent to my own family?”

<https://www.theguardian.com/society/2024/feb/16/unions-affordable-housing>

16. According to the article, what is one major consequence of the housing affordability crisis? a) Increased job opportunities.

b) Decreased commute times.

c) Workers being unable to live near their jobs.

d) Higher wages for union members.

e) Improved public transportation.

17. What was the result of a ballot initiative supported by unions in Tacoma, Washington?

a) Approval of increased property taxes

b) Implementation of a ban on cold-weather evictions

c) Introduction of stricter immigration policies

d) Creation of new luxury housing developments

e) Expansion of public housing programs

18. How has the Miami-Dade county school district responded to the housing affordability issue faced by educators?

a) Offering free housing to all teachers

b) Providing rental assistance to all school staff

c) Converting several schools into affordable teacher housing

d) Building luxury condominiums for educators

e) Implementing salary increases for teachers

19. READ THE SENTENCE BELOW.

“many workers are not able to afford housing”

The sentence could be rewritten, without changing its meaning, as

“many workers can’t afford housing”

“many workers shouldn’t afford housing”

“many workers mustn’t afford housing”

“many workers wouldn’t afford housing”

“many workers had better afford housing”

20. READ THE SENTENCE BELOW.

In the Twin Cities, worker dismay about large rent hikes is fueling plans for a multi-union strike by up to 30,000 workers in March.

The word “dismay” could be replaced by

Joy

Satisfaction

Hope

Consternation

Cheerfulness

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Elisabete Moreira

21. As organizações públicas vêm adotando o planejamento estratégico como modelo de mudança voltado a atender as necessidades dos cidadãos e deixá-los satisfeitos em suas demandas.

Acerca do tema, avalie as afirmativas:

I. O planejamento estratégico é um processo emergente e incremental de aprendizado.

II. O ambiente externo deve ser considerado como um dos fatores importantes no jogo estratégico. No ambiente da tarefa, por exemplo, devem ser considerados para análise os cidadãos, os fornecedores, a tecnologia, os fatores econômicos, entre outros.

III. A visão organizacional refere-se a uma identidade comum quanto aos propósitos da organização para o futuro, a fim de orientar o comportamento dos seus membros quanto ao destino que a organização deseja construir e realizar.

Está correto o que consta APENAS em

- a) II e IV.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I e II.
- e) II e III.

22. O *Balanced Scorecard* (BSC) – Indicador Balanceado de Desempenho – é uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da *Harvard Business School* (HBS) Robert Kaplan e David Norton. Com relação ao BSC, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A construção do BSC deve partir da Visão e da Estratégia, do geral ao particular, num processo de desdobramento até o nível operacional.
- () Para viabilizar as mudanças necessárias na organização, Kaplan e Norton identificaram três papéis críticos desempenhados: construtor, comunicador e implantador.
- () São componentes do BSC os temas estratégicos, objetivos estratégicos, metas e aprendizado e crescimento.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) V, F e V.

23. Após terem sido formuladas, as políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas. A implementação, por sua vez, pode ser conduzida segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de cima para baixo (*Top-Down*), indique qual das características não deverá estar presente.

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médio e inferior da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos/tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

24. A avaliação é uma das etapas de um ciclo de gestão de políticas públicas para fundamentar entendimentos valorativos da realidade e abastecer o avaliador de parâmetros para julgar. Com relação aos critérios de avaliação, a assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Eficácia corresponde aos resultados sociais (outcomes) relacionado à redução do problema e a geração de valor para a população.
- () Eficiência administrativa trata da relação entre produtividade (outputs) e recursos utilizados (inputs).
- () Eficiência operacional, está associado à análise dos custos e prazos esperados em relação ao realizado.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
b) F, V e V.
c) V, F e F.
d) V, V e F.
e) F, F e V.

25. Sobre as políticas públicas, assinale a única opção correta.

- a) A agenda governamental é composta, entre outras coisas, por temas que expressam interesses e valores e reflete o momento em que os interesses dos atores são equacionados.
- b) Uma demanda só passa a constituir uma política pública quando se torna um problema público.
- c) A implementação corresponde à execução de decisões anteriores e abrange a definição de critérios, indicadores e padrões que devem ser colocados em prática para o alcance dos resultados da política.
- d) Ao contrário do processo de decisão, a implementação não inclui elementos políticos, já que compete aos agentes da burocracia.
- e) A avaliação somativa de políticas públicas ocorre na fase final do processo e envolve a correção dos desvios em relação ao planejado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

26. O Município Beta, por lei de iniciativa parlamentar, ampliou o número de beneficiários de isenção de IPTU. O prefeito, inconformado, pretende levar a matéria ao conhecimento do Poder Judiciário, porque a seu ver, a lei é formalmente inconstitucional, uma vez que matéria tributária é assunto de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. A respeito do caso hipotético, indique a única assertiva correta.

- a) O prefeito de Beta tem razão, porque a Constituição Federal reservou ao Chefe do Executivo a iniciativa de leis que tratam de matéria tributária.
- b) Não assiste razão ao prefeito, porque matéria tributária só é de iniciativa privativa do Chefe do Executivo no âmbito federal.
- c) O prefeito está equivocado, uma vez que matéria tributária é da iniciativa concorrente, de forma que o projeto de lei pode ser apresentado tanto pelo prefeito quanto pelos parlamentares.
- d) Para questionar a inconstitucionalidade, o prefeito deveria ter vetado o projeto de lei, pois a sanção convalidou o vício de iniciativa.
- e) A lei municipal é inconstitucional, mas não pela razão apresentada pelo prefeito e sim porque norma geral em matéria tributária é assunto da competência da União.

27. A norma constitucional segundo a qual “a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho”, na classificação de José Afonso da Silva, possui

- a) eficácia limitada de princípio programático.
- b) eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- c) eficácia diferida e aplicabilidade direta e imediata.
- d) eficácia contida e aplicabilidade mediata.
- e) eficácia limitada de princípio institutivo.

28. Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
- c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
- d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.
- e) A lei estadual é constitucional, porque compete aos estados legislar sobre assunto de interesse regional.

29. Acerca da ordem econômica, nos termos fixados no Título VII da Constituição Federal, indique a opção correta.

- a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
- b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

30. João é vereador de Alfa. Durante evento de seu partido em Beta, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito da cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.
- e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. Acerca dos princípios da Administração Pública, julgue os itens a seguir:

- I. O princípio da impessoalidade veda a promoção pessoal dos agentes públicos por meio da publicidade de atos, obras e campanhas dos órgãos públicos.
- II. O princípio da sindicabilidade impõe que a Administração Pública se submeta a controle, tanto realizado por ela mesma, como também pelo Poder Judiciário.
- III. O princípio da especialidade refere-se aos órgãos especializados decorrentes da desconcentração administrativa.

Sobre essas assertivas, pode-se afirmar que:

- a) I e III são verdadeiras.
- b) I, II e III são verdadeiras.
- c) I e II são verdadeiras.
- d) II e III são verdadeiras.
- e) Apenas a III é verdadeira.

32. O governador do Estado Alfa editou ato normativo para restringir determinados direitos individuais dos jurisdicionados, porém não indicou os fatos e fundamentos jurídicos que o levaram a tomar tal decisão. Uma vez que esse tipo de ato, segundo a Lei, é de motivação obrigatória, a falta desse elemento constituiu vício de:

- a) competência
- b) finalidade
- c) forma
- d) motivo
- e) objeto

33. Em relação à prestação de serviços públicos, assinale a alternativa correta:

- a) As concessionárias de serviços públicos são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de cinco datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- b) É vedado ao poder concedente autorizar a assunção do controle ou da administração temporária da concessionária por seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto.
- c) A concessão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que deve observar os termos da Lei 8.987/1995, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do respectivo contrato pelo poder concedente.
- d) A autorização de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que deve observar os termos da Lei 8.987/1995, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do respectivo contrato pelo poder concedente.
- e) Não se caracteriza descontinuidade do serviço a sua interrupção, após prévio aviso, em virtude de inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade, a qual não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.

34. No que se refere ao controle sobre a atuação administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) O controle judicial, em regra, possui caráter corretivo, havendo, todavia, situações em que admite-se o prévio controle judicial, a exemplo do Mandado de Segurança Preventivo.
- b) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal integra o controle externo exercido pelo Ministério Público Federal com o auxílio das contadorias da justiça federal.
- c) O controle judiciário deriva do poder-dever de autotutela que se exerce sobre a atuação administrativa.
- d) O controle administrativo ocorre sobre os aspectos de legalidade e mérito, podendo ser exercido unicamente pelo Poder Executivo sobre suas próprias ações.
- e) O poder de fiscalização que um órgão da administração centralizada exerce sobre autarquia a ele vinculada caracteriza controle administrativo por subordinação.

35. Em relação aos atributos do ato administrativo, é correto afirmar que:

- a) possuem significado equivalente ao dos elementos de validade dos atos.
- b) a presunção de veracidade informa que os atos são considerados legais e legítimos até que se prove o contrário.
- c) a presunção de legitimidade postula que são considerados verdadeiros os fatos declarados para a prática do ato administrativo.
- d) a autoexecutoriedade representa a desnecessidade de se submeter ao Poder Judiciário os atos administrativos previamente à sua execução.
- e) a tipicidade resulta na imposição dos efeitos do ato administrativo aos administrados.

36. Assinale a alternativa que apresenta corretamente característica da Organização Social:

- a) tratar-se de ente privado revestido de finalidade lucrativa.
- b) pertencer à Administração Pública, em sua dimensão subjetiva.
- c) qualificação que depende exclusivamente de ato de competência do Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- d) exigência de comprovação de funcionamento há pelo menos 1 ano.
- e) participação de representante da Administração Pública no Conselho de Administração.

37. No que se refere à Lei nº 12.846/2013, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No âmbito do Poder Executivo federal, a Controladoria-Geral da União terá competência concorrente para instaurar processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas ou para avocar os processos instaurados, para exame de sua regularidade ou para corrigir-lhes o andamento.
- b) Compete à Controladoria-Geral da União, como regra geral, a apuração, o processo e o julgamento dos atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- c) A Controladoria-Geral da União é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.
- d) As sociedades controladoras de pessoas jurídicas que praticaram atos lesivos em desfavor da Administração Pública serão exclusivamente responsáveis pelas condenações aplicadas com base na Lei Anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- e) Constitui ato lesivo à administração pública a conduta de intervir na atividade de fiscalização de órgãos ou agentes públicos.

38. Assinale a alternativa que NÃO apresenta óbice para indicação a cargo de administrador de empresa estatal:

- a) pessoa que exerceu cargo em organização sindical, tendo se desligado há 24 meses.
- b) pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a pessoa político-administrativa controladora da estatal ou com a própria entidade.
- c) de pessoa que atuou, nos últimos 36 meses, em trabalho vinculado à realização de campanha eleitoral.
- d) de dirigente estatutário de partido político.
- e) de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, licenciado do cargo.

39. Assinale a alternativa que menciona corretamente os componentes do Governo Digital (Lei 14.129/2021):

- a) Base Nacional de Serviços Públicos, Cartas de Serviços ao Usuário e Plataformas de Governo Digital.
- b) Base Nacional de Serviços Públicos, Cartas de Serviços ao Usuário e Governo como Plataforma.
- c) Base Nacional de Serviços Públicos, Laboratórios de Inovação e Plataformas de Governo Digital.
- d) Redes de Conhecimento, Base de serviços públicos e Plataformas de Governo Digital.
- e) Laboratórios de Inovação, Cartas de Serviços ao Usuário e Redes de Conhecimento.

40. Tomando por base as regras atualizadas da Lei 8.429/1992 e os entendimentos do STF a respeito, assinale a alternativa correta:

- a) Prescreve no prazo de 8 anos a pretensão de ressarcimento do Estado, diante de agente que intencionalmente tenha gerado dano ao erário, mediante ato de improbidade administrativa.
- b) A entrega de cópia da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza somente será necessária para posse e exercício do agente.
- c) A lei de improbidade administrativa aplica-se exclusivamente àqueles que atuam em nome do Estado, ainda que de maneira não remunerada.
- d) A aprovação de contas pelos órgãos de controle interno, como uma Controladoria-Geral, obstaculiza a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/1992.
- e) Para a caracterização dos atos de improbidade, não basta a voluntariedade do agente, exigindo-se vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na Lei 8.429/1992.

FUNDAMENTOS DA AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL

Tonyvan Carvalho

41. O Modelo de Três Linhas foi desenvolvido pelo The Institute of Internal Auditors com o objetivo de ser uma referência para as organizações na identificação de estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Por ser aplicável a todas as organizações, entidades como a Controladoria-Geral da União têm incentivado a sua adoção.

No Modelo de Três Linhas, a auditoria interna:

- a) assume papéis de segunda linha, que incluem apoio e monitoramento de questões relacionadas a riscos;
- b) não tem papel especificado, uma vez que avalia o processo de governança e gerenciamento de riscos;
- c) presta avaliação independente sobre questões relativas ao atingimento dos objetivos;
- d) situa-se na primeira linha e estabelece diretrizes institucionais para o gerenciamento de riscos;
- e) tem a responsabilidade de avaliar a efetividade da adoção do modelo.

42. Um auditor foi designado para realizar um procedimento de auditoria relativo à aquisição de bens de consumo já distribuídos à população. Os procedimentos incluem verificar se a quantidade adquirida e entregue, conforme documentos fiscais e registros de entrada de estoques, foi demasiadamente grande para ser estocada nos locais indicados nos documentos fiscais, com visita ao local de estocagem dos materiais.

São técnicas indicadas para atender o procedimento:

- a) entrevista e inspeção física;
- b) exame documental e entrevista;
- c) indagação escrita e exame documental;
- d) inspeção física e revisão analítica;
- e) observação direta e inspeção física.

43. O auditor, no exercício funcional, deve se dedicar à obtenção de evidências suficientes para sustentar a emissão de seu parecer. Em um trabalho de auditoria de demonstrações contábeis, o auditor indica, no seu parecer, que uma opinião sobre o conjunto das demonstrações auditadas não pode ser expressada. Nesse caso, ele deve

- a) endereçar o princípio da independência.
- b) indicar as razões no parecer.
- c) propor alteração de escopo.
- d) reduzir o nível de asseguarção.
- e) replanejar o trabalho com mais testes.

44. Após uma avaliação abrangente da sua estrutura organizacional e dos seus macroprocessos, uma entidade pública promoveu um processo de centralização da gestão de contratos de produtos e prestação de serviços para um nível superior da estrutura, de forma que de 43 unidades executoras restaram 16. Decorrido um ano do processo, o gestor da entidade solicitou ao auditor interno um trabalho que inclui levantamento e análise dos resultados da centralização, a partir de critérios acordados entre as partes.

À luz das Normas Internacionais para o exercício profissional da auditoria interna, o trabalho deve ser conduzido a partir das especificações para um serviço de:

- a) asseguarção;
- b) avaliação (assurance);
- c) certificação;
- d) consultoria;
- e) monitoramento.

45. Após finalizar os procedimentos planejados, revisar e analisar os papéis de trabalho e a matriz de achados de auditoria de um trabalho de auditoria financeira para o qual fora contratado, um auditor concluiu que as demonstrações contábeis apresentavam distorções relevantes. Além disso, no julgamento do auditor, os efeitos dessas distorções sobre as demonstrações contábeis eram relevantes e generalizados.

De acordo com as normas de auditoria, diante dessa situação, o auditor:

- a) deve emitir uma opinião adversa;
- b) pode se abster de emitir opinião;
- c) deve emitir uma opinião com ressalva;
- d) pode emitir uma opinião não modificada;
- e) deve enfatizar sua conclusão nos principais assuntos de auditoria.

46. A implantação de controle na administração pública no mundo tem desenvolvido componentes e princípios advindos do modelo integrado de controles internos do COSO (Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission). Esse modelo está estruturado em componentes, entre os quais destaca-se a necessidade de mapear a existência de situações que possam impedir o alcance de resultados, para determinar e catalogar essas ameaças nos diversos níveis da organização.

Esse componente do modelo COSO é denominado:

- a) atividade de controle;
- b) comunicação de informações;
- c) fixação de objetivos;
- d) identificação de evento;
- e) resposta a risco

47. Existem diversos tipos de auditoria, contudo, uma delas possui características próprias que a distingue dos outros tipos. Dessa forma, a que apresenta uma variedade e complexidade de questões a serem tratadas, possui maior flexibilidade na escolha de temas, objetos de auditoria, métodos de trabalho e forma de comunicar suas conclusões é a auditoria:

- a) de conformidade;
- b) financeira;
- c) contábil;
- d) operacional;
- e) ambiental.

48. No contexto da administração pública, a auditoria operacional, como realizada pelas entidades fiscalizadoras superiores, consiste no exame independente, objetivo e confiável de operações, programas, atividades ou organizações do governo. Uma auditoria operacional em um projeto de longa duração executado por uma entidade pública gerou como recomendação a necessidade de ações que minimizem os custos de aquisição de materiais, considerados muito acima do valor médio do mercado. Essa recomendação está alinhada ao princípio do(a):

- a) eficiência;
- b) moralidade;
- c) efetividade;
- d) economicidade;
- e) interesse público.

CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Herbert Almeida

49. O Tribunal de Contas do Estado Alfa indeferiu o registro de admissão de diversos professores contratados pela prefeitura do Município Gama, uma vez que o provimento se deu sem concurso público.

Em sua manifestação, o Prefeito Municipal alegou que a contratação tomou por base lei municipal que afastava a necessidade de concurso para professores efetivos da rede pública. Ademais, o Prefeito alegou que a palavra final sobre a admissão caberia à Câmara de Vereadores, que detém a titularidade do controle externo.

Entretanto, o Tribunal de Contas manteve o indeferimento do registro, afastando a aplicação da lei municipal, por suposta inconstitucionalidade.

Considerando a situação acima, marque a alternativa correta, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) A Câmara Municipal poderá afastar a decisão do Tribunal de Contas do Estado, mediante decisão de dois terços dos seus membros.
- b) O Tribunal de Contas não poderá afastar a lei municipal, pois não detém prerrogativa de exercer o controle de constitucionalidade.
- c) O Tribunal de Contas poderá afastar a aplicação da lei municipal, para evitar resultado inconstitucional, em razão de violação patente a dispositivo da Constituição.
- d) Somente no caso de violação de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal caberia ao Tribunal de Contas afastar a aplicação da lei inconstitucional.
- e) Não cabe ao Tribunal de Contas realizar o controle de legalidade de admissão de servidores efetivos.

50. De acordo com a Lei de Acesso à Informação - Lei n.º 12.527/2011, o acesso à informação compreende o direito de obter informação:

- a) custodiada por pessoa física em decorrência de qualquer vínculo com órgãos públicos, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.
- b) a respeito de atividades exercidas pelas entidades administrativas, exceto as relativas à sua política e organização.
- c) relativa ao acompanhamento de resultados de programas, exceto quanto a metas ou indicadores propostos pelos órgãos públicos, que são temas sigilosos.
- d) acerca de resultados de inspeções e prestações de contas, desde que as contas se refiram ao mesmo exercício em que seja realizado o pedido.
- e) referentes a quaisquer projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológico.

51. A Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, recebeu denúncia sobre a realização de despesas supostamente não autorizadas na lei orçamentária anual. Após solicitar pronunciamento da autoridade responsável, a Comissão não ficou satisfeita, situação em que pediu pronunciamento do TCU sobre a matéria.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) Por se tratar de controle político, não compete ao TCU pronunciar-se sobre o tema.
- b) Cabe ao TCU solicitar pronunciamento da Comissão Mista Permanente, caso em que o Tribunal poderá propor diretamente que o Congresso Nacional promova a sustação da despesa, uma vez que se trata de contrato administrativo.
- c) Caso o TCU entenda que a despesa é irregular, a Comissão Mista Permanente poderá realizar a sua sustação, desde que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- d) O TCU deverá emitir pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
- e) Entendendo irregular a despesa, o TCU determinará a sua sustação, comunicando o fato à Comissão Mista Permanente.

52. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta.

- a) As decisões do TCU sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos do poder público possuem eficácia vinculante e *erga omnes*, no âmbito de toda a administração pública federal, por se tratar de processo de natureza objetiva.
- b) A apreciação das contas de governo dos prefeitos será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores, mas o julgamento das contas de gestão dos Prefeitos caberá ao respectivo Tribunal de Contas.
- c) O município prejudicado tem competência concorrente com o Estado-Membro para mover a ação de execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.
- d) Os tribunais de contas têm o prazo de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, mas nesse tipo de processo não haverá concessão de contraditório e ampla defesa.
- e) O TCU somente terá competência para quebrar o sigilo bancário quando se tratar de instituições financeiras públicas, em relação aos financiamentos concedidos com recursos públicos.

53. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, o pedido de indisponibilidade de bens:

- a) pode ser formulado apenas em caráter antecedente, antes do ajuizamento da ação.
- b) só pode ser formulado se o réu tiver sido condenado em ação por improbidade administrativa.
- c) pode ser formulado em caráter antecedente ou incidente, desde que haja fundados indícios de responsabilidade.
- d) pode, em qualquer caso e desde que haja pedido do Ministério Público, alcançar os bens de família.
- e) pode ser formulado apenas após a representação da autoridade ao Ministério Público.

54. A Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal tem objetivo, dentre outros, promover a publicação de dados contidos em bases de dados de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional sob a forma de dados abertos. Nos termos do Decreto nº 8.777/2016, é correto afirmar que:

- a) dados abertos são quaisquer dados gerados ou acumulados pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).
- b) a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal deve respeitar a diretriz de descrição das bases de dados, com informação suficiente para a compreensão de eventuais ressalvas quanto à sua qualidade e integridade.
- c) os dados disponibilizados pelo Poder Executivo federal e as informações de transparência ativa são de livre utilização pelos Poderes Públicos, havendo limitações impostas pelo Decreto quanto ao acesso pela sociedade.
- d) constitui objetivo da Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal franquear aos cidadãos o acesso, de forma limitada, aos dados produzidos ou acumulados pelo Poder Executivo federal, mesmo quando recaia vedação expressa de acesso a estes dados.
- e) a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal deve promover a publicidade das bases de dados como preceito geral, vedado o sigilo dos dados acessíveis ao público.

55. Acerca da prescrição, no que diz respeito à ação de improbidade administrativa, assinale a opção correta:

- a) o novo regime prescricional, instituído pela Lei 14.230/2021, é retroativo, em razão da aplicação dos princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- b) o prazo de prescrição começa a ser contado a partir da data que a autoridade toma conhecimento do fato, inclusive para as infrações permanentes.
- c) a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei de Improbidade suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, noventa dias corridos.
- d) o prazo para conclusão do inquérito civil para apuração do ato de improbidade é de 365 dias, vedada sua prorrogação.
- e) o prazo de prescrição é interrompido pelo ajuizamento da ação de improbidade, e recomeça a correr do dia da interrupção, pela metade.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Gabriela Zavadinack

56. As diretrizes norteadoras básicas que conferem racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público são estabelecidas pelos princípios orçamentários. Acerca do tema, aponte a alternativa correta:

- a) O princípio do orçamento bruto estabelece que as estimativas relativas a receitas e despesas devem ser tão exatas quanto possível, de forma a garantir à peça orçamentária um mínimo de consistência para que possa ser empregado como instrumento de programação, gerência e controle.
- b) O princípio da especificação estabelece que a Lei Orçamentária Anual não poderá registrar receitas e despesas em valores líquidos.
- c) A possibilidade de a Lei Orçamentária Anual conter autorização para abertura de créditos especiais é uma exceção constitucional ao princípio da exclusividade.
- d) O princípio da regionalização do gasto público tem como propósito atender à necessidade de se verificar, na elaboração e na execução da lei orçamentária, o cumprimento do art. 3º, inciso III, da Constituição, ou seja, o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- e) O princípio da universalidade dispõe que a Lei Orçamentária Anual poderá consignar dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.

57. A respeito dos Orçamentos, com base na Constituição Federal, afirma-se corretamente que os instrumentos de planejamento que definem as diretrizes de política fiscal e as diretrizes relativas aos programas de duração continuada são, respectivamente

- a) o Plano Plurianual nos dois casos.
- b) o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.
- c) o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
- e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

58. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais podem ser objeto de emendas parlamentares. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) As emendas individuais impositivas poderão alocar recursos aos Estados, Distrito Federal e Município por meio de transferência especial e transferência com finalidade definida, sendo que pelo menos 70% das transferências com finalidade definida deverão ser aplicadas em despesas de capital.
- b) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- c) As programações decorrentes de emendas impositivas devem ter a sua execução iniciada e encerrada no mesmo exercício, sendo vedada a inscrição de tais despesas em restos a pagar.
- d) A transferência obrigatória da União a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios para a execução da programação relativa às emendas individuais e de bancada depende da adimplência do ente federativo destinatário.
- e) As emendas de bancada ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

59. Durante a sua execução, o orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais. Por crédito adicional, entendem-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Sobre o tema, analise os itens abaixo:

- I. O crédito adicional especial já pode ser autorizado previamente na lei orçamentária anual, constituindo exceção ao princípio da exclusividade.
- II. Os créditos extraordinários devem ser abertos por decreto do poder executivo e submetidos ao poder legislativo correspondente. Na União, esse tipo de crédito é aberto por medida provisória do Poder Executivo e submetido ao Congresso Nacional.
- III. A vigência dos créditos adicionais restringe-se ao exercício financeiro em que foram autorizados, exceto os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, que poderão ter seus saldos reabertos por instrumento legal apropriado, situação na qual a vigência fica prorrogada até o término do exercício financeiro subsequente.
- IV. O crédito suplementar incorpora-se ao orçamento, adicionando-se à dotação orçamentária que deva reforçar, enquanto que os créditos especiais e extraordinários conservam sua especificidade, demonstrando-se as despesas realizadas à conta dos mesmos, separadamente.
- V. O reforço de um crédito especial ou extraordinário é feito por meio da abertura de um crédito suplementar.

Das afirmativas acima, estão corretas:

- a) I, II e III apenas.
- b) III e V apenas.
- c) II, III e IV apenas.
- d) II e IV apenas.
- e) I e V apenas.

60. A Controladoria Geral do Estado da Paraíba é órgão pertencente à estrutura do Poder Executivo Estadual, o qual possui limites de despesa com pessoal definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Considerando o valor hipotético de R\$ 400 milhões como limite máximo para as despesas com pessoal da CGE/PB, é correto afirmar que o órgão atingirá o limite prudencial após a apuração do quadrimestre em que a despesa total com pessoal ultrapassar:

- a) R\$ 380 milhões.
- b) R\$ 360 milhões.
- c) R\$ 200 milhões.
- d) R\$ 186,2 milhões.
- e) R\$ 180 milhões.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Stefan Fantini

61. Para desempenhar suas funções e papéis na organização, o administrador deve possuir habilidades de três tipos: humanas, técnicas e conceituais. Essas habilidades são exigidas com maior ou menor intensidade, dependendo do nível organizacional em que o administrador atua.

Diante disso, é correto afirmar que:

- a) o nível estratégico requer maior emprego de habilidades técnicas do que o nível tático;
- b) no nível tático, as habilidades conceituais são essenciais para o bom desempenho do administrador;
- c) o nível operacional requer maior emprego das habilidades conceituais do que o nível estratégico.
- d) as habilidades técnicas são exclusivas dos administradores do nível operacional;
- e) no nível tático, as habilidades humanas são mais relevantes do que nos outros níveis;

62. O fragmento a seguir foi extraído do site institucional da Controladoria Geral do Estado da Paraíba (CGE-PB):

“Acompanhar, avaliar, fiscalizar, orientar e controlar os Órgãos do Poder Executivo Estadual, visando a maximização do desempenho e da qualidade da Gestão Pública, com ênfase nos resultados, em cumprimento a dispositivos legais, utilizando recursos humanos qualificados, técnicas eficientes e eficazes, com suporte tecnológico adequado, objetivando a otimização e transparência da ação governamental perante a Sociedade.”

Esse fragmento representa

- a) a visão da CGE-PB.
- b) a missão da CGE-PB.
- c) o negócio da CGE-PB.
- d) a estratégia da CGE-PB.
- e) os valores da CGE-PB.

63. A empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY realizou uma análise SWOT e identificou que 70% de suas unidades contam com quadro de pessoal desqualificado, carente de capacitação, bem como com equipamentos ultrapassados, que não mais acompanham as tendências e tecnologias do mercado. Além disso, a referida empresa identificou que um grande concorrente direto do mercado foi a falência.

Nessa situação, de acordo com a análise SWOT, é correto afirmar que a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY identificou, respectivamente

- a) oportunidades de treinamento a serem aproveitadas pela empresa e forças no ambiente externo.
- b) ameaças ao alcance de seus objetivos e oportunidades a serem aproveitadas.
- c) forças de outras organizações perante a empresa JOÃO DAS NEVES COMPANY e oportunidades ambientais.
- d) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e oportunidades no ambiente externo.
- e) fraquezas que colocam a empresa em uma situação desfavorável e forças no ambiente externo.

64. João das Neves, funcionário da organização SF123, foi promovido a gerente. A promoção foi muito mal aceita pelos demais membros da equipe, que não acreditavam que ele tinha mérito para ser promovido a gerente. A equipe desempenha tarefas desestruturadas e trabalha sem qualquer meta definida. João das Neves, enquanto novo gerente, não terá qualquer autonomia para recompensar o bom desempenho dos subordinados, e nem poderá solicitar substituições de funcionários que não apresentem bons resultados.

Na situação descrita, de acordo com a teoria da liderança contingencial de Fiedler, o estilo de liderança mais eficaz será o:

- a) orientado para o relacionamento;
- b) persuasivo;
- c) orientado para a tarefa.
- d) transformacional;
- e) diretivo;

65. A barreira à comunicação que ocorre quando o emissor manipula a informação para que ela seja vista de maneira mais favorável pelo destinatário, com o intuito de evitar conflitos é chamada de

- a) sobrecarga de informações
- b) filtragem
- c) percepção seletiva
- d) semântica
- e) desinteresse

66. O ciclo PDCA é uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a verificação dos resultados daquilo que foi executado ocorre na etapa

- a) P (Plan)
- b) C (Check)
- c) A (Act)
- d) D (Do)
- e) S (Study)

67. Conforme a teoria de Maslow, após terem sido satisfeitas as necessidades primárias, a próxima necessidade a ser satisfeita é a necessidade

- a) fisiológica
- b) de segurança
- c) social
- d) de estima
- e) de autorrealização

68. No processo de formação de um grupo de trabalho, os membros encontravam-se em uma etapa em que as relações estavam coesas e o grupo começava a agir de forma unida e coordenada.

Considerando essas condições, evidencia-se que o grupo está na etapa denominada

- a) normatização.
- b) interrupção.
- c) turbulência.
- d) formação.
- e) desempenho.

69. A organização subdividida em departamentos de marketing, finanças, recursos humanos e produção adota o critério de departamentalização

- a) por processos
- b) por clientes
- c) geográfica
- d) matricial
- e) funcional

70. A empresa SF 123 decidiu realizar uma reconstrução total de seus processos, com o objetivo de obter melhorias drásticas em seu desempenho para ter condições de se adequar a grandes e intensas mudanças ambientais

Assinale a opção que indica o nome da técnica utilizada pela empresa SF 123.

- a) Gestão para resultados.
- b) BPMN
- c) Lean management.
- d) Reengenharia
- e) Benchmarking

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

71. No que se refere à evolução da administração pública no Brasil, processos participativos de gestão e a gestão por resultados, aponte a alternativa correta.

- a) Preservando a ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional, a administração pública gerencial proporcionou um sistema de gestão e controle centrado em resultados.
- b) A reforma iniciada com Programa Nacional de Desburocratização – PrND consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços, buscando uma simplificação administrativa.
- c) De acordo com a nova gestão pública, o governo deve adotar, além de técnicas de gestão de negócios, valores relativos aos negócios, dos quais derivam práticas que foram propostas pela gestão científica e pela gestão da qualidade total.
- d) Nos anos 90, do século XX, com a reforma gerencial do governo de Fernando Henrique Cardoso, verificou-se, pela primeira vez, que os princípios rígidos da administração burocrática eram um empecilho para o desenvolvimento do Brasil.
- e) No orçamento participativo, a população deve decidir a destinação de todos os recursos orçamentários, exceto aqueles que se vinculem com gastos de pessoal, saúde, segurança e educação.

72. Acerca dos aspectos estruturais e organizacionais da administração pública, aponte a alternativa correta.

- a) De modo geral, a nova administração pública tem caráter descentralizador, pois, por meio do gerencialismo, equilibraram-se as questões relativas à complexidade da gestão, como, por exemplo, a integração entre os aspectos técnicos e políticos.
- b) Para a administração pública burocrática, o interesse público representava a agregação dos interesses individuais.
- c) O gerencialismo caracteriza-se por manobras administrativas, como competição, incentivos de mercado, mensuração de desempenho, foco na produtividade e desregulamentação.
- d) No modelo de administração pública gerencial, o aparelho de Estado deve ser responsável apenas pela execução das políticas públicas.
- e) O Estado reforça sua governabilidade, ao intensificar o seu papel de regulador e provedor de serviços públicos, em detrimento do seu papel de executor.

73. O modelo de gestão governamental experimentado no século XX, que se baseava na ideia de que os serviços deveriam ser prestados com foco na equidade e nas necessidades dos cidadãos, ficou conhecido como

- a) Gerencialismo puro
- b) *Public Service Orientation* – PSO
- c) Fayolismo
- d) Consumerismo
- e) Patrimonialismo

74. Uma das grandes mudanças na gestão pública contemporânea tem sido o estreitamento da relação entre Estado e sociedade na entrega de serviços públicos. O governo não é mais um ator autônomo na implementação de políticas, tornando-se dependente do setor privado e do terceiro setor para cumprir seus objetivos. São formas de interface do Estado brasileiro com organizações não-estatais e atores sociais, respectivamente, para a execução e discussão das políticas públicas, exceto:

- a) Parcerias com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Conselhos Setoriais.
- b) Contrato de Gestão com Organizações Sociais e práticas de Orçamento Participativo.
- c) Parcerias Público-Privadas e realização de Audiências Públicas.
- d) Insulamento Burocrático e Consultas Públicas com o uso de tecnologias de informação e comunicação.
- e) Contrato de Concessão e organização de Conferências de Políticas Públicas.

75. O tema da governança pública passou a ser debatido em razão do esgotamento do modelo burocrático weberiano e da crise fiscal dos anos 80 e reflete a forma de relacionamento dos diversos atores e instâncias responsáveis pela avaliação e monitoramento, a exemplo do controle social, que pode ser entendido, como uma instância:

- a) interna de apoio à governança.
- b) interna de governança.
- c) autônoma de administração.
- d) externa de apoio à governança.
- e) externa de governança.

76. A gestão por resultados, implantada a partir de 1995, no âmbito no modelo gerencial apresenta algumas características específicas. Analise as afirmativas a seguir.

- I. Os resultados dependem da eficiência das etapas realizadas, por isso o foco nos procedimentos é essencial.
- II. A liderança participativa atribui a todos a responsabilidade por atingir os resultados.
- III. Na gestão por resultados, os diferentes setores trabalham com autonomia e devem definir os procedimentos adequados para chegar ao resultado desejado.

Está correto o que se afirma em

- a) II, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, somente

77. No âmbito da administração pública gerencial, o governo empreendedor caracteriza-se por ser um governo que pertence à comunidade, catalisador da ação pública, privada e voluntária. Nesse caso, aponte a alternativa correta.

- a) O governo empreendedor visa manter os pressupostos positivos do modelo tradicional burocrático; concentra-se no “fazer” em ampla escala, estimulando a ação e a parceria da sociedade.
- b) A ação catalisadora do governo empreendedor inclui a realização de privatizações e a mobilização de grupos comunitários para a prestação de serviços públicos.
- c) A gestão empreendedora no setor público pressupõe a responsabilização da ação pública, sem perder de vista a importância da hierarquia de decisões.
- d) O empreendedorismo governamental possui como foco a ação empresarial com o propósito de geração de lucros para a administração pública, a exemplo da exploração de atividades comerciais pelas empresas estatais.
- e) A gestão pública empreendedora fundamenta-se no aumento da produtividade e do rendimento das empresas públicas, de modo a gerar maior receita para o Estado.

78. Accountability está associada à obrigação de prestação de contas e de responsabilização dos gestores públicos e pode ser exercida em diferentes dimensões. O controle exercido pelo sistema de pesos e contrapesos pode ser entendido como um tipo

- a) circular.
- b) burocrática.
- c) vertical.
- d) horizontal.
- e) societal.

79. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I - A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II - Os conselhos gestores são órgãos públicos, que atendem ao princípio da paridade, composto por representantes da sociedade e do governo, não exigida lei para sua criação, por serem regidos por regulamento próprio.
- III - As conferências são espaços não oficiais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

80. A gestão de projetos requer múltiplas habilidades em razão da incerteza e dos riscos envolvidos. Considerando o tema, analise as alternativas que seguem.

I. O gerente responsável pela administração de um portfólio conduz uma parte menor de um projeto da empresa.

II. O gerenciamento de um projeto implica o estabelecimento de objetivos precisos, claros e alcançáveis, cujas entregas devem ser exatamente dentro do planejado.

III. A sequência de atividades programadas com o compromisso de fornecer um resultado padronizado deve ser um dos requisitos do projeto, pois é necessário um encadeamento lógico entre as diferentes etapas.

É correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I.
- c) I e II.
- d) II.
- e) III.

AUDITORIA E CONTROLE INTERNO

Guilherme Santanna

81. Uma equipe de auditores de um tribunal de contas recebeu um relatório sobre o pagamento de vagas em creches privadas para atendimento de crianças até 5 anos de idade, para as quais foi informado que não havia vagas nas creches municipais, na região onde as respectivas famílias residiam. Os auditores resolveram pedir um relatório sobre a ocupação de vagas nas creches da referida região, com o objetivo de constatar se não havia ociosidade e confirmar a pertinência do gasto.

A análise dos relatórios de gastos e das planilhas com informações sobre capacidade e nível de ocupação das creches está alinhada com a técnica de:

- a) circularização;
- b) análise de contas;
- c) mapa de processo;
- d) conferência de cálculos.
- e) revisão analítica;

82. Em geral, os relatórios de auditoria apresentam a opinião do auditor. Quando o relatório é utilizado para transmitir o nível de asseguarção, a opinião deve ser apresentada em um formato padronizado. Assim, quando o auditor for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto auditado, que podem ser relevantes e generalizados, ele deve emitir uma opinião:

- a) modificada com ressalva
- b) não modificada
- c) modificada adversa
- d) modificada com abstenção de opinião
- e) não modificada qualificada

83. Após o recebimento de uma série de recomendações e notificações do tribunal de contas sobre a aplicação de recursos de transferências vinculados à área de saúde, uma entidade decidiu realizar uma auditoria com o objetivo de avaliar se ações realizadas ao longo do último exercício financeiro observaram os regulamentos aplicáveis aos recursos transferidos para esta área.

À luz desse objetivo e dos Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público, o auditor deverá planejar o trabalho com base nas normas para realização de auditoria:

- a) operacional
- b) de conformidade
- c) de demonstrações contábeis
- d) de avaliação da gestão
- e) especial

84. As auditorias _____ são sempre trabalhos de certificação, uma vez que são baseadas em informações apresentadas pela parte responsável. As auditorias _____ são, normalmente, trabalhos de relatório direto. As auditorias _____ podem ser trabalhos de certificação, de relatório direto ou ambos ao mesmo tempo.

Assinale a assertiva que preenche corretamente as lacunas:

- a) Financeiras - operacionais - de conformidade.
- b) Operacionais - financeiras- de conformidade.
- c) De conformidade - operacionais - financeiras.
- d) De conformidade - financeiras - operacionais.
- e) Financeiras - de conformidade - operacionais.

85. Uma equipe de auditoria interna foi requerida a realizar um exame com o objetivo de fornecer à organização avaliação independente sobre os processos de gerenciamento de riscos conduzidos pela organização.

De acordo com as Normas dos Profissionais de Auditoria Interna, esse trabalho deve ser conduzido sob a perspectiva de um:

- a) relatório direto de conformidade;
- b) serviço de avaliação (assurance);
- c) serviço de consultoria;
- d) trabalho de auditoria de gestão;
- e) trabalho de certificação.

86. Uma parte de extrema relevância nos trabalhos do auditor se refere aos papéis de trabalho, que consiste em documentos que suportam o trabalho de auditoria.

Nesse contexto, o auditor deve observar que:

- a) a elaboração de papéis de trabalho é de responsabilidade exclusiva do auditor;
- b) o início da elaboração dos papéis de trabalho deve se dar a partir do término do planejamento da auditoria;
- c) os papéis de trabalho permanentes são aqueles de uso contínuo e diário, disponíveis para consulta ano após ano;
- d) os papéis de trabalho devem ser mantidos até o encerramento dos trabalhos de auditoria do exercício seguinte;
- e) os papéis de trabalho não devem ser usados em mais de um trabalho de auditoria.

87. A observação direta é uma técnica de coleta de dados ou informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. A forma da observação direta em que o pesquisador está mais livre, sem fichas ou listas de registro, havendo ou não o registro formal das informações obtidas, é denominada:

- a) não registrada;
- b) identificada;
- c) não identificada;
- d) sistemática;
- e) assistemática

88. De acordo com as especificidades do objeto e do escopo do trabalho de auditoria, essa pode ser classificada em diversos tipos. A atividade de auditoria definida como um processo de se avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública é classificada como auditoria:

- a) operacional
- b) de regularidade
- c) de demonstrações contábeis
- d) de compliance
- e) especial

89. Assinale a alternativa que, baseado nas normas de auditoria, indica um dos elementos que compõem o ambiente de controle interno.

- a) Valores de ética e integridade.
- b) Segregação de funções.
- c) Forças e fraquezas.
- d) Riscos e oportunidades.
- e) Novas normas contábeis.

90. De acordo com o modelo proposto pelo COSO II ERM (2004), um dos componentes da estrutura integrada de gerenciamento de riscos permite que uma organização considere até que ponto eventos em potencial podem impactar a realização dos objetivos. Nesse contexto, a administração analisa os eventos com base em duas perspectivas – probabilidade e impacto – e, geralmente, utiliza uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

O texto acima refere-se a(o):

- a) identificação de eventos
- b) fixação dos objetivos
- c) avaliação de riscos
- d) monitoramento
- e) resposta a risco.

91. Por recomendação do órgão de controladoria a que está sujeita, uma entidade pública estadual analisou e reavaliou a sua estrutura para se posicionar no modelo das Três Linhas do Institute of Internal Auditors (IIA, 2020). Para se adequar ao modelo, a entidade considerou que atividades relacionadas à 2ª linha são as elencadas a seguir, COM EXCEÇÃO DE:

- a) Fornecer expertise complementar, apoio, monitoramento e questionamento quanto ao gerenciamento de riscos.
- b) Desenvolvimento, implantação e melhoria contínua das práticas de gerenciamento de riscos (incluindo controle interno) nos níveis de processo, sistemas e entidade.
- c) Atingimento dos objetivos de gerenciamento de riscos, como: conformidade com leis, regulamentos e comportamento ético aceitável; controle interno; segurança da informação e tecnologia; sustentabilidade; e avaliação da qualidade.
- d) Fornecer análises e reportar sobre a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos (incluindo controle interno).
- e) Estabelecer e manter estruturas e processos apropriados para o gerenciamento de operações e riscos (incluindo controle interno).

92. A respeito do uso de amostras para a realização dos trabalhos de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, não poderão ser empregadas técnicas de amostragem.
- b) Ao usar método de amostragem, estatística ou não, deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- c) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar está diretamente relacionado ao tamanho da amostra exigido.
- d) O critério de seleção da amostra deverá ser suportado por critério estatístico.
- e) Taxa tolerável de desvio é um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário não seja excedido pela distorção real na população.

93. A NBC TI 01 estabelece que a finalidade da atividade da auditoria interna é

- a) aumentar o grau de confiança nas demonstrações financeiras por parte dos usuários da auditoria interna.
- b) evitar a ocorrência de crimes fiscais no âmbito da organização.
- c) avaliar a competência dos gestores da entidade auditada.
- d) agregar valor ao resultado da organização, apresentando subsídios para o aperfeiçoamento dos processos, da gestão e dos controles internos, por meio da recomendação de soluções para as não-conformidades apontadas nos relatórios
- e). conhecer e aprimorar a capacidade organizacional da entidade auditada por meio de análises de procedimentos e propostas de otimização de rotinas.

94. Conforme as definições propostas pelas Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, emitidas pelo Institute of Internal Auditors, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O estatuto de Auditoria Interna é um documento formal, que define o propósito, a autoridade e a responsabilidade da atividade de Auditoria Interna.
- b) A natureza dos serviços de avaliação prestados à organização deve ser definida no estatuto de Auditoria Interna, mas não há esse dever para os serviços de consultoria.
- c) Não é necessário que o chefe executivo de auditoria discuta a Missão da Auditoria Interna e os elementos mandatórios do IPPF com a alta administração e com o conselho, pois basta seguir o constante no estatuto.
- d) A atividade de auditoria interna deve ser independente e os auditores internos devem ser subjetivos ao executar seus trabalhos.
- e) Uma vez elaborado, o estatuto de auditoria passará por uma revisão final e, após publicado, não precisará ser revisado periodicamente.

95. A independência organizacional é alcançada de forma eficaz quando o chefe executivo de auditoria reporta funcionalmente ao conselho. São exemplos de reporte funcional, quando o conselho tiver autonomia para, EXCETO:

- a) Aprovar o estatuto de Auditoria Interna.
- b) Aprovar o plano de auditoria baseado em riscos.
- c) Aprovar as decisões referentes à nomeação e demissão do chefe executivo de auditoria.
- d) Fazer os devidos questionamentos à gestão e ao chefe executivo de auditoria, para determinar se há limitações inapropriadas de escopo ou de recursos.
- e) Receber remunerações do chefe executivo de auditoria pelo desempenho de suas atividades de Auditoria Interna.

LICITAÇÕES E CONTRATOS*Fabiano Pereira*

96. A Governadora do Estado X deseja implementar um metrô subterrâneo que conecte a capital a todas as cidades vizinhas. No entanto, sendo um projeto altamente complexo, é impraticável para a administração pública definir com precisão as especificações técnicas do empreendimento. Portanto, a Governadora orientou a abertura de um edital de licitação para convocar e debater com licitantes pré-selecionados o desenvolvimento de uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades.

Em relação ao caso fictício em tela, qual modalidade de licitação da lei n.º 14.133/21 seria a mais indicada?

- a) Concorrência;
- b) Pregão;
- c) Leilão;
- d) Diálogo competitivo;
- e) Concurso.

97. Os processos licitatórios devem aderir aos princípios explícitos e implícitos da Administração Pública. Adicionalmente, a recente Lei de Licitações e Contratos n.º 14.133/2021 introduziu princípios que devem ser aplicados diretamente aos procedimentos licitatórios, incluindo o princípio:

- a) do planejamento, que determina que os procedimentos licitatórios devem estar alinhados com o planejamento estratégico do órgão contratante e ser previamente autorizados pelos órgãos de controle interno e externo;
- b) da vedação ao sigilo da proposta, conforme o qual todas as propostas apresentadas pelos interessados devem ser divulgadas imediatamente, sob o risco de anulação do certame e realização de uma nova licitação;
- c) do julgamento objetivo, devendo a Administração contratante ser a responsável por avaliar e selecionar o vencedor conforme o critério estabelecido no edital, o qual não pode, em circunstância alguma, fazer menção a modelo ou marca;
- d) da vinculação ao edital, que define regras vinculantes para os interessados na participação da licitação, contrastando com a Administração Pública, que possui a discricionariedade de modificar o edital a qualquer momento;
- e) da segregação de funções, com a distribuição de competências e tarefas entre os servidores ao longo do procedimento licitatório e suas fases, com o propósito de prevenir erros, fraudes e o uso inadequado de recursos públicos.

98. Conforme estabelecido pela Lei n.º 14.133/2021, na fase de instrução do processo licitatório, a determinação do objeto para satisfazer a necessidade será realizada por meio de:

- a) plano de contratações anual e estudo técnico preliminar;
- b) plano de contratações anual, estudo técnico preliminar ou termo de referência;
- c) plano de contratações anual, estudo técnico preliminar e projeto executivo;
- d) termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- e) anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo.

99. Um órgão estadual específico, diante da complexidade e da tecnologia inovadora necessárias para a execução de uma obra planejada, decide realizar uma licitação na modalidade diálogo competitivo. Diante dessa situação hipotética, em relação às diretrizes e aos procedimentos a serem observados de acordo com o disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue os seguintes itens.

- I. Na etapa inicial da modalidade de licitação em referência, a Administração publica um edital detalhando suas necessidades e requisitos, além dos critérios de pré-seleção de licitantes que podem ser admitidos para a fase de diálogo;
 - II. Não há limite para a quantidade de licitantes que podem avançar para a fase de diálogo;
 - III. Os diálogos devem transcorrer ao longo de um prazo de setenta dias úteis;
 - IV. Concluída a etapa de diálogos, não serão aceitos esclarecimentos ou ajustes nas propostas apresentadas;
 - V. Ao identificar a solução para suas necessidades, a administração avançará para a fase competitiva da licitação, publicando um novo edital e permitindo a participação de todos os interessados.
- Assinale a opção que apresenta a quantidade de itens certos.
- a) Apenas um item está certo;
 - b) Apenas dois itens estão certos;
 - c) Apenas três itens estão certos;
 - d) Apenas quatro itens estão certos;
 - e) Todos os itens estão certos.

100. O leilão é uma das modalidades de licitação e será precedido pela divulgação do edital em um site eletrônico oficial, que incluirá os aspectos a seguir, com exceção de:

- a) a especificação do local onde se encontram os móveis, os veículos e os semoventes;
- b) a indicação de quaisquer ônus, gravames ou pendências que possam existir sobre os bens a serem leiloados;
- c) a identificação dos antigos proprietários dos bens e a razão pela qual estão sendo leiloados;
- d) a descrição do bem, com suas características, e, no caso de imóvel, a situação e as divisas, fazendo referência à matrícula e aos registros;
- e) o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo para sua alienação, as condições de pagamento e, se aplicável, a comissão do leiloeiro designado.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
